



## Lei para o Crescimento e a Oportunidade de África



No âmbito da AGOA, a florescente indústria de flores do Quênia tem acesso isento de direitos aos mercados americanos, sendo a distância e os custos dos transportes os principais fatores restritivos. *Getty Images*

A Lei para o Crescimento e a Oportunidade de África (AGOA), promulgada em 2000, permite que 37 países africanos elegíveis exportem a maioria dos produtos com isenção de direitos para os Estados Unidos. Promove o desenvolvimento económico e acelera a integração das economias africanas no sistema comercial mundial e proporciona um quadro para os governos, o setor

privado e a sociedade civil trabalharem conjuntamente de modo a reforçarem a capacidade comercial e expandirem os laços empresariais entre os Estados Unidos e a África.

O aumento da capacidade comercial implica assistência técnica relativa a regras comerciais mundiais, reforma e modernização aduaneira, desenvolvimento das normas e regras industriais, cumprimento

dos direitos de propriedade intelectual (IPR) e modernização de infraestruturas.

Em 2010 os países elegíveis exportaram US\$ 61 mil milhões em produtos para os Estados Unidos, dos quais 98.5% de produtos não petrolíferos entraram no mercado americano isentos de direitos. Apesar dos produtos petrolíferos representarem 91% das importações da AGOA para os Estados Unidos, o programa ajudou a promover outras exportações

de valor acrescentado como vestuário, calçado, produtos agrícolas processados e produtos manufaturados.

A AGOA ajudou muitos países africanos – Lesoto, Suazilândia e Quênia, por exemplo – a criarem dezenas de milhares de novos postos de trabalho e a melhorarem a sua competitividade internacional.

O Lesoto é um bom exemplo de como a AGOA faz a diferença. No Lesoto a AGOA deu aos fabricantes de têxteis e vestuário uma grande vantagem em relação aos seus concorrentes internacionais. O país é agora o maior exportador de vestuário da África Subsariana para os Estados Unidos, com cerca de US\$ 300 milhões em exportação de roupas para os EUA em 2010, dos quais mais de 93% no âmbito da AGOA. A indústria de vestuário no Lesoto é o maior empregador do país com mais de 40 mil trabalhadores.

A AGOA também apoia a integração económica regional e concede incentivos para os países africanos melhorarem os seus climas de investimento, reduzirem a corrupção, respeitarem os direitos humanos e o Estado de Direito, melhorarem as infraestruturas e harmonizarem as normas de comércio de modo a tornarem-se mais competitivos no mercado mundial.

Trinta e sete países africanos são atualmente elegíveis para a AGOA: África do Sul, Angola, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Djibuti, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Malawi, Mali, Maurícias, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, República do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia.

### **Não apenas petróleo**

“O petróleo é a principal exportação da África Subsariana para todo o mundo”, diz Florizelle Liser, representante assistente do comércio para África, “assim, por consequência, o petróleo seria a principal exportação no âmbito do programa”. Contudo a África não exporta apenas petróleo. As exportações não petrolíferas da África Subsariana para os Estados Unidos totalizaram US\$ 4 mil milhões em 2010.

Segundo Liser, a lista de produtos que a AGOA não abrange é pequena e consiste principalmente em produtos têxteis que não são vestuário como, por exemplo, almofadas e roupa de cama, bem como produtos agrícolas como tabaco e açúcar.

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) tem três centros de comércio – em

Nairobi no Quênia, em Gaborone no Botsuana e em Acra no Gana – que ajudam os africanos a identificarem oportunidades de comércio no quadro da AGOA para produtos como alimentos típicos, flores frescas, cosméticos, mariscos e vestuário.

As importações americanas de África têm que satisfazer os mesmos critérios, incluindo medidas sanitárias para produtos agrícolas, que se aplicam a todos os parceiros comerciais dos Estados Unidos e a produtores nacionais. Os centros de comércio da USAID estão a ajudar a formar exportadores africanos para que cumpram estes critérios, que têm como propósito assegurar a segurança de alimentos, animais e plantas que entram nos Estados Unidos. Os centros de comércio da USAID também ajudam empresários africanos a elaborar planos de negócio, mobilizar capital, aumentar a produtividade e melhorar os processos de produção para que possam satisfazer as normas de exportação estabelecidas por governos e companhias em todo o mundo

### **Prolongar a AGOA**

A administração Obama quer que o Congresso prolongue a AGOA para além de 2015, altura em que deve expirar.

Uma cláusula especial, que se aplica a vestuário da AGOA feito com tecido de outros países, deve expirar em setembro de 2012. Sujeita a um limite, essa cláusula permite à maior parte dos países elegíveis da África Subsariana utilizarem tecido e fio não americanos em vestuário totalmente produzido nos seus países e continuarem a qualificar-se para isenção de direitos e de cotas. A administração Obama está a trabalhar com o Congresso para prolongar esta cláusula sobre tecido de outro país até 2015.

No Fórum AGOA 2011 sobre Comércio e Cooperação EUA – África Subsariana em Lusaka, Zâmbia, em junho, a secretária de Estado Hillary Rodham Clinton disse que espera que o Congresso, em relação aos prolongamentos propostos, reveja os progressos em vários obstáculos que impedem uma transformação nas economias africanas:

- Infraestruturas. Más estradas e portos e tarifas de eletricidade que aumentam os custos de fazer negócios em África.
- Corrupção. “Cada suborno pago a um funcionário aduaneiro representa uma taxa escondida sobre o custo de fazer negócios e um entrave ao crescimento económico”, disse Hillary.
- O baixo nível de cooperação económica, integração e comércio entre países africanos, é principalmente o resultado do protecionismo.



No Fórum AGOA 2011 em junho, a secretária de Estado Hillary Rodham Clinton disse que os Estados Unidos querem que as mulheres africanas tenham melhores oportunidades de se tornarem empresárias. Barreiras culturais e burocráticas tornam difícil para as mulheres conseguir crédito e gerir dinheiro e contratar empregados. *Getty Images*

“Compete aos líderes desta região decidirem se querem integração económica”, declarou Hillary. “Têm que desafiar interesses arraigados e responder a preocupações sobre nova concorrência ao mesmo tempo que defendem repetidamente porque é que as pessoas nos seus países beneficiarão do comércio alargado”.

Ela disse que os Estados Unidos procuram melhorar as perspetivas empresariais das mulheres africanas, que enfrentam barreiras culturais à gestão de dinheiro e de empregados e barreiras burocráticas à obtenção de empréstimos.

### **Melhorar a capacidade comercial**

Na abertura do Fórum AGOA 2011, o Representante Americano para o Comércio, Ron Kirk, anunciou que a Iniciativa Competitividade Africana e Expansão do Comércio gastaria até US\$ 30 milhões por ano, durante quatro anos, em assistência técnica relacionada com o comércio através dos centros de comércio da USAID.

De 2006 a 2010, a Iniciativa Competitividade Global Africana facilitou mais de US\$ 178 milhões em exportações da AGOA, prestou assistência ao reforço da capacidade de exportação a mais de 234 mil empresas e formou cerca de 660 mil africanos em capacitação comercial.

Além do mais, os programas de infraestruturas dessa iniciativa potenciaram mais de US\$ 2 mil milhões em investimento para infraestruturas e permitiram o acesso de 650 mil africanos a serviços Internet.

Além disso, a administração Obama anunciou um investimento de US\$ 12 milhões para o controlo de aflatoxina em África. Aflatoxina é uma toxina altamente venenosa, causadora de cancro produzida por um fungo que afeta cerca de 25% da produção agrícola. Contribui não só para problemas crónicos de saúde e para a insegurança alimentar das pessoas nos países em desenvolvimento mas também impede as exportações dos produtos agrícolas afetados.